

Avaliar para mudar ou mudar para avaliar?

O Decreto Regulamentar n.º 2/2008 relançou a discussão sobre a influência dos resultados escolares dos alunos na avaliação do trabalho docente: avaliar a escola para a mudar ou mudá-la para avaliar?

Sendo o sucesso académico um dos principais indicadores do sucesso do sistema educativo, a sua referência na avaliação do desempenho docente deverá assumir um carácter formativo, de reflexão sobre os resultados das aprendizagens dos alunos, no sentido da melhoria do processo de ensino-aprendizagem e não um carácter classificativo, que pouco reflectirá das efectivas aprendizagens dos alunos.

Para que tal ocorra, consideramos que a avaliação do desempenho deverá ser integrada no próprio dispositivo de auto-avaliação de escola, nomeadamente pelos referentes internos que convoca para a sua operacionalização. A ausência de uma profunda reflexão sobre a articulação entre estes dois sistemas de avaliação, poderá estar na origem de inúmeros mal-entendidos que têm surgido, quer por parte da administração central, quer por parte dos professores. Se os primeiros insistem que a avaliação de desempenho tem como finalidade, entre outras, a diminuição do insucesso e do abandono escolar, os segundos realçam os perigos que tal entendimento acarreta, na medida em que nenhum professor quererá sair prejudicado na sua carreira. Assim, parece-nos urgente que os intervenientes se consciencializem que a escola pública se insere numa estrutura abrangente, alvo de diversas influências que condicionam a sua autonomia e, logo, as acções dos docentes. A par disso, é necessário considerar as dinâmicas desenvolvidas na escola, da responsabilidade de um colectivo, ou seja, de toda a comunidade educativa. Assim, a melhoria dos resultados e a diminuição do abandono escolar de uma escola não dependem unicamente do desempenho dos docentes, mas da conjugação de diversas variáveis a ter em conta no seu processo de avaliação.

É, neste sentido, que a avaliação de desempenho docente não deverá assentar numa *obrigatoriedade de resultados* mas numa *obrigatoriedade de competências* para adoptar as estratégias mais adequadas ao contexto e, assim, eleger dinâmicas promotoras da melhoria. A par disto, encarar a avaliação como uma estratégia de resolução de problemas pode ser perigoso, pois o acto de avaliar, *per se*, não pressupõe a diminuição do insucesso e do abandono escolares. Articular a avaliação de desempenho docente, no seio de um dispositivo de auto-avaliação de escola é, assim, um pressuposto para promover a melhoria da aprendizagem na escola e o desenvolvimento profissional dos professores.

Burocratizar o processo de avaliação não contribuirá para a melhoria da escola. Contudo, assistimos, por parte do ME, à emissão de um conjunto de documentos que em nada habilitarão os actores a fazer o que deve ser feito.

Valerá a pena tentar a mudança através de um processo qualitativo de avaliação, melhorando a sua eficácia que se traduzirá, estamos certos, na melhoria das aprendizagens dos alunos.

Maria Palmira Alves
Serafim Manuel Teixeira Correia